STJ00095770

Sumário

Prefácio, xli

Nota do autor, xliii

Nota do autor à 2ª edição, xlv

Nota do autor à 3ª edição, xlvii

1 Conflitos, interesses e pretensões. Lide. Mecanismos de composição da lide. Processo. Princípios gerais e constitucionais do direito processual, 1

1 Sociedade, direito e lide, 1

2 Conflitos e insatisfações, 1

3 Mecanismos de composição da lide, 2

3.1 Noções gerais, 2

3.2 A autodefesa ou autotutela, 3

3.3 A autocomposição, 4

3.4 A mediação e o processo, 4

3.5 A Resolução nº 125/10-CNJ, 6

4 O processo, 7

4.1 Ciclo histórico da evolução da justiça privada para a justiça pública, 7

4.2 Ação, defesa, jurisdição e processo, 8

4.3 Origem da expressão *due process of law*, 9

4.4 Processo e Estado, 10

4.5 Estado e o monopólio da administração da justiça penal, 10

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.6 Teoria unitária e teoria dualista, 11
4.7 Direito Processual e direito processual, 12
4.8 Princípios gerais do direito processual, 13
5 Princípios constitucionais do direito processual, 14
5.1 Princípio do juiz natural e o *promotor natural*, 14
5.2 Princípio do devido processo legal, 17
5.3 Princípio da ação ou da demanda. Processo inquisitivo, acusatório e adversarial, 18
5.4 Princípio da igualdade e o *favor rei*, 20
5.5 Princípio do contraditório e da ampla defesa. Ampla defesa e plenitude da defesa, 21
5.6 Princípio da publicidade, 27
5.7 Princípio da motivação das decisões judiciais, 29
5.8 Princípio da inadmissibilidade da prova ilícita, 29
5.9 Princípio do duplo grau de jurisdição, 31
5.10 Princípio da verdade processual, 32

2 Processo Penal Constitucional, 43
1 Introdução, 43
2 Distinção entre direito e garantia, 44
3 Direitos e garantias expressos nos tratados internacionais de direitos humanos, 46
4 O Tribunal Internacional Penal, 52
5 Princípios constitucionais do processo penal, 54
5.1 Rol dos princípios constitucionais do processo penal, 54
5.2 Princípio da presunção de inocência, 54
5.3 Princípio da individualização da pena, 56
5.4 Princípio da proibição do dever de depor contra si, 60
6 Regras e princípios, 66
6.1 Distinção entre princípios e regras, 66
6.2 Conflito entre princípios e regras, 67
6.3 O postulado da proporcionalidade, 68
6.4 Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade, 69
7 Regras constitucionais do processo penal, 69
7.1 Rol de regras constitucionais do processo penal, 69
7.2 Regra da inviolabilidade do domicílio, 70
7.3 Regra da inviolabilidade do sigilo da correspondência, 70
7.4 Regra da inviolabilidade do sigilo das comunicações, 71

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7.5 Regra da inadmissibilidade da submissão à identificação criminal do civilmente identificado, 71
7.6 Regra de que ninguém será levado à prisão ou nela mantido, 73
7.7 Regra da comunicabilidade do preso, 74
7.8 Regra da iniciativa privativa do Ministério Público nos crimes de ação penal pública, 75
8 Interceptação telefônica, 75
8.1 Introdução, 75
8.2 Direito à intimidade e à vida privada, 76
8.3 Prova ilícita e prova ilegítima. "Admissibilidade da prova ilícita", 79
8.4 Antecedentes, 79
8.5 Conceitos básicos, 81
8.6 Objeto da lei, 81
8.7 A constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º, 82
8.8 Requisitos, 83
8.9 Sujeito passivo da interceptação, 85
8.10 Extensão subjetiva da prova obtida pela interceptação, 85
8.11 Extensão objetiva da prova obtida pela interceptação, 85
8.12 Aproveitamento da prova em outro processo, 86
8.13 Iniciativa, 87
8.14 Competência, 87
8.15 Prazo, 87
8.16 Rito probatório, 88
8.17 Oportunidade, 89
8.18 Do crime definido no art. 10, 89
8.19 A Resolução 59/08, 89
8.20 Jurisprudência, 90
9 Crimes hediondos e equiparados, 92
9.1 Antecedentes, 92
9.2 Crimes hediondos, 93
9.2.1 Rol de crimes hediondos, 93
9.2.2 Rol de crimes assemelhados, 95
9.2.3 Regime jurídico dos crimes hediondos e assemelhados, 95
9.2.4 Delação premiada, 97
9.2.5 Da proteção aos réus colaboradores, 99
9.3 Tráfico, 101
9.3.1 Rol dos crimes de tráfico, 101
9.3.2 Regime jurídico dos crimes de tráfico, 105
9.4 Tortura, 108

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

9.4.1 Antecedentes, 108
9.4.2 Conceito, 108
9.4.3 Definição típica, 109
9.4.4 Elementares, modalidades e causas de aumento de pena, 109
9.4.5 Sujeito ativo, 110
9.4.6 Efeitos da condenação, 111
9.4.7 Regime jurídico dos crimes de tortura, 111
9.4.8 Hipótese de extraterritorialidade da lei, 112
9.5 Terrorismo, 113
9.5.1 Conceito universal, 113
9.5.2 O terrorismo no Brasil, 114
10 Outras previsões constitucionais, 115
10.1 Assistência judiciária, 115
10.2 Indenização por erro judiciário, 116
10.3 Gratuidade do *habeas corpus* e *habeas data*, 116
10.4 Duração razoável do processo, 116
10.5 Juizados Especiais Criminais, 116

3 Aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação. Fontes do direito processual penal, 122
1 Eficácia da lei processual penal no tempo, 122
2 Eficácia da lei processual penal no espaço, 124
3 Interpretação, 125
3.1 Noções, 125
3.2 Interpretação autêntica, 126
3.3 Interpretação doutrinal, 126
3.4 Interpretação judicial, 126
3.5 Interpretação gramatical ou literal, 126
3.6 Interpretação lógica, 126
3.7 Interpretação sistemática, 126
3.8 Interpretação histórica, 127
3.9 Interpretação extensiva e restritiva, 127
3.10 Interpretação analógica, 127
3.11 Analogia, 128
4 Fontes do direito processual penal, 128

4 Do inquérito policial, 131
1 Inquérito policial: conceito, 131
2 Da atribuição, 131

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3 Objetivo do inquérito policial, 133
4 Finalidade do inquérito policial, 134
5 Natureza do inquérito policial: características, 135
6 Escrito, 135
7 Sigiloso, 135
8 Inquisitivo, 136
9 Informativo, 137
10 Não contraditório, 138
11 Oficialidade, 139
12 Oficiosidade, 140
13 Indisponibilidade, 140
14 A incomunicabilidade, 140
15 Como se inicia o inquérito policial?, 142
16 Instauração *ex officio*, 142
17 Instauração por meio de requisição, 143
18 Instauração por meio de requerimento, 143
19 Instauração pelo auto de prisão em flagrante, 144
20 Inquérito policial nos crimes de ação penal privada, 145
21 Inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada à representação ou à requisição, 145
22 Prazo de conclusão do inquérito, 146
23 Relatório, 146
24 Destino do inquérito, 147
25 Providências do Ministério Público, 147
26 Súmula 524 do STF, 147
27 Em caso de arquivamento, cabe ação penal privada subsidiária da pública?, 148
28 Arquivamento implícito, 148
29 A investigação criminal pelo Ministério Público, 148
30 Indiciamento, 154
31 Confissão extrajudicial, 155
32 Arquivamento e extinção da punibilidade, 156
33 Confisco, 156
34 Recurso, 157
35 Meios de investigação no crime organizado, 157
36 Entrega vigiada, 159
37 Investigação defensiva, 160
38 O juiz das garantias, 161
39 Denúncia anônima, 161

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5 Da ação penal, 166
1 Classificação da ação penal segundo a titularidade ou legitimidade, 166
2 Natureza jurídica da ação penal, 167
3 Exemplos, 167
4 Contravenções penais, 168
5 Natureza jurídica da ação penal nos crimes contra o patrimônio, 169
6 Natureza jurídica da ação penal nos crimes contra a liberdade sexual, 169
7 Princípios que regem a ação penal pública, 170
7.1 Princípio da legalidade ou obrigatoriedade, 171
7.2 Princípio da indisponibilidade, 172
7.3 Princípio da intranscendência, 173
7.4 Princípio da divisibilidade, 173
7.5 Princípio da oficialidade, 175
8 Princípios que regem a ação penal privada, 175
8.1 Princípios da conveniência ou oportunidade e da disponibilidade, 175
8.2 Princípio da intranscendência, 176
8.3 Princípio da indivisibilidade, 176
9 Ação penal pública condicionada, 179
9.1 Titularidade do direito de ação, 179
9.2 Princípios, 179
9.3 Denúncia e prazo, 179
9.4 Representação e requisição: natureza jurídica, 180
9.5 Representação, 180
9.6 Requisição, 181
9.7 Titularidade do direito de representação, 181
9.8 Titularidade do direito de requisição, 183
9.9 Prazo da representação, 183
10 Ação penal privada, 184
10.1 Titularidade, 184
10.2 Princípios, 184
10.3 Queixa e prazo, 184
10.4 Espécies de ação penal privada, 184
10.5 Ação penal privada propriamente dita, 184
10.6 Ação penal privada personalíssima, 186
10.7 Ação penal privada subsidiária da pública, 186
10.8 Despesas judiciais, 188
10.9 O papel do Ministério Público na ação penal privada, 189
11 Outros tipos de ação penal, 189

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

11.1 Ação penal popular, 189
11.2 Ação penal *ex officio*, 190
12 Denúncia e queixa, 190
13 O que compete ao juiz apreciar ao despachar a inicial?, 191
14 Pressupostos da denúncia ou queixa, 192
15 Requisitos da denúncia ou queixa, 193
15.1 Partes, 194
15.2 Pedido, 195
15.3 Causa de pedir: teoria da substanciação *versus* teoria da individualização, 195
15.4 Rol de testemunhas, 197
15.5 Denúncia alternativa, 198
16 Condições da ação, 199
16.1 Condições da ação genéricas e específicas, 199
16.2 Condições de prosseguibilidade da ação penal, 201
16.3 Natureza jurídica do exaurimento da esfera administrativa sobre a exigibilidade do crédito tributário, 202
16.4 Consequência da ausência de condição da ação penal, 202
16.5 Réu menor de 18 anos, 203
17 Pressupostos processuais, 203
18 Natureza jurídica da decisão de recebimento da denúncia ou queixa, 203
19 Recurso, 204
20 Causas de extinção da punibilidade, 205
20.1 Renúncia, 206
20.2 Decadência, 207
20.3 Perempção, 208
20.4 Desistência, 210
20.5 Perdão do ofendido, 210

6 Da ação civil, 215
1 *Actio civilis ex delicto*. Noções, 215
2 Pretensão punitiva e pretensão de ressarcimento, 216
3 Ação penal e *actio civilis ex delicto*, 216
4 A ação penal e a ação civil são independentes?, 217
5 Sistemas. Sistema pátrio, 218
6 Objeto da *actio civilis ex delicto*, 221
7 Influência da jurisdição penal sobre a civil, 221
8 Sentença penal absolutória, 222
9 Arquivamento de inquérito e extinção da punibilidade, 225

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

10 Lei 9.099/95, 225
11 Reparação do dano *ex delicto*, 226
12 Sentença condenatória estrangeira, 226
13 Sentença que concede o perdão judicial, 227
14 Revisão criminal, 227

7 Jurisdição e competência, 229
1 O significado da palavra *jurisdição*, 229
2 Conceito de jurisdição, 229
3 Quem exerce a jurisdição?, 229
4 Princípios que regem a jurisdição, 230
4.1 Princípio da inércia e da ação ou demanda, 231
4.2 Princípio do juiz natural, 231
4.3 Princípio da inevitabilidade e irrecusabilidade, 232
4.4 Princípio da indeclinabilidade ou inafastabilidade, 233
4.5 Princípio da indelegabilidade, 233
4.6 Princípio da improrrogabilidade, 233
4.7 Princípio do impulso oficial, 233
4.8 Princípio do devido processo legal, 234
4.9 Princípio do duplo grau, 234
4.10 Princípio da correlação, congruência ou equivalência, 234
5 Características da jurisdição, 235
6 Elementos ou poderes da jurisdição, 235
7 Classificações, 235
8 Conceito de competência, 236
9 Espécies de competência, 236
10 Competência relativa e competência absoluta, 237
11 Ofensa ao princípio da identidade física do juiz, 237
12 Competência por distribuição, 239
13 Competência por prevenção, 239
14 Quadro de competências, 239
15 Competência internacional, 240
16 Competência material, 242
16.1 Justiça Militar Federal, 243
16.2 Justiça Militar Estadual, 243
16.3 Justiça Eleitoral, 244
16.4 Justiça Comum Federal, 244
16.5 Justiça Comum Estadual, 248

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

17 Competência territorial, 248
17.1 Regra geral, 248
17.2 Exceção, 248
17.3 Casuística, 249
17.4 Regras gerais, 249
17.5 Competência por prevenção, 251
17.6 Foro subsidiário ou supletivo (competência pelo domicílio ou residência do réu), 252
17.7 Foro alternativo (nos crimes de ação penal exclusivamente privada), 253
17.8 Crimes cometidos fora do território nacional, crimes cometidos no território marítimo ou em alto-mar e crimes cometidos no espaço aéreo, 253
18 Competência por prerrogativa de função, 254
18.1 Competência *ratione personae*. Noções gerais, 254
18.2 A competência por prerrogativa de função e o princípio da igualdade, 254
18.3 Foro especial e foro privilegiado, 254
18.4 Competência originária, 255
18.5 Competência penal, 255
18.6 Princípios sobre a cassação (ou cessação) definitiva do exercício funcional, 255
18.7 Foros especiais, 257
18.8 Algumas observações, 259
18.8.1 O TSE, 259
18.8.2 Vereador, 259
18.8.3 Crime e contravenção penal, 259
18.8.4 Competência originária e o *locus delicti comissi*, 259
18.8.5 Juiz de Direito do Estado de São Paulo que comete crime em outro Estado, 259
18.8.6 Procedimento, 259
18.8.7 Arquivamento do inquérito nos tribunais, 260
18.8.8 Crime comum, 260
18.8.9 Prefeitos municipais, 260
18.8.10 Os arts. 86 e 87 do CPP, 260
18.8.11 Crimes comuns e crimes de responsabilidade, 260
18.8.12 Crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, 261
18.8.13 Crimes de responsabilidade de Presidente, Ministros de Estado, Ministros do STF e Procurador-Geral da República, 261

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

18.8.14 Crimes de responsabilidade praticados por membros dos tribunais superiores e chefes de missão diplomática de caráter permanente, 261
18.8.15 Crimes de responsabilidade praticados por governadores e secretários de Estado, 261
18.8.16 Crimes de responsabilidade de Juízes Federais, 261
18.8.17 Crimes de responsabilidade de desembargadores, 261
18.8.18 Pessoas que são julgadas pelos Tribunais de Justiça quando cometem crimes eleitoral ou militar ou da alçada da Justiça Comum Federal, 262
18.8.19 Pode um crime doloso contra a vida não ser julgado pelo Tribunal do Júri?, 262
18.9 O art. 85 e as questões que suscita, 262
19 Da competência funcional, 263
19.1 Conceito, 263
19.2 Modalidade de competência funcional, 263
19.3 Competência funcional por fases do processo, 264
19.4 Competência funcional por objeto do juízo, 264
19.5 Competência funcional vertical, 264
19.6 Competência funcional para o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas (Lei 12.694, de 24 de julho de 2012), 265
20 Conexão e continência, 266
20.1 Elementos da ação, 266
20.2 Identidade de ações, 266
20.3 Condições da ação, 266
20.4 Conexão e continência: conceitos legais do CPC, 266
20.5 Consequência, 267
20.6 Conceito lato de conexão e de disjunção, 267
20.7 Conexão e continência no direito processual penal, 267
20.8 Efeito da conexão e continência, 268
20.9 Motivos que determinam o *simultaneous processus*, 268
20.10 Espécies, 269
20.11 As regras para se fixar o *forum attractionis*, 270
20.12 Súmulas, 271
20.13 Controvérsia jurisprudencial, 272
20.14 O princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, 273
20.15 Desclassificação quanto ao crime de sua competência própria no júri, 273

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

20.16 É possível que o réu seja levado a júri por um único crime que não seja doloso contra a vida?, 274
20.17 A união do processo é facultativa ou obrigatória?, 274
20.18 União de processos com sentença definitiva, 275
20.19 Conexão e continência entre crime de ação pública e de ação privada, 276
20.20 Ritos diversos, 276
20.21 Recurso, 276
21 Conflito de competência, 276
22 Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público, 278

8 Das questões e processos incidentes, 287
1 Das questões prejudiciais, 287
1.1 Conceitos, 287
1.2 Prejudicial sobre o estado civil das pessoas, 287
1.3 Prazo máximo da suspensão do processo, 288
1.4 Prejudicial sobre questão diversa do estado civil das pessoas, 288
1.5 Consequência do descumprimento das normas contidas nos arts. 92 e 93, 289
1.6 Recurso, 289
1.7 Papel do Ministério Público, 289
1.8 Iniciativa e competência, 289
2 Das exceções, 289
2.1 Conceitos, 289
2.1.1 Exceção, 289
2.1.2 Exceção dilatória e exceção peremptória, 290
2.1.3 Das causas de suspeição e impedimento, 290
2.2 Oportunidade para a oposição das exceções, 291
2.3 Ritos e processamento, 292
2.4 Rito das exceções de suspeição e impedimento, 293
2.4.1 Suspeição e impedimento de membro de tribunal, 294
2.4.2 Suspeição e impedimento do órgão do Ministério Público, 295
2.4.3 Suspeição e impedimento dos peritos, intérpretes e serventuários ou funcionários da justiça, 295
2.4.4 Suspeição e impedimento da autoridade policial, 295
2.5 Rito das exceções de incompetência relativa e peremptórias, 295
3 Das incompatibilidades e impedimentos, 296
4 Do conflito de jurisdição, 296

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5 Da restituição das coisas apreendidas, 297
5.1 Noções gerais, 297
5.2 Restituição, 298
5.3 Restituição feita pela autoridade policial, 299
5.4 Restituição pela autoridade judicial, 300
5.5 Direito do terceiro de boa-fé, 300
5.6 Restituição de coisas facilmente deterioráveis, 300
5.7 Sistema Nacional de Bens Apreendidos, 300
6 Das medidas assecuratórias, 301
6.1 Generalidades, 301
6.2 O ofendido e as medidas assecuratórias, 302
6.3 O sequestro, 302
6.4 Embargos ao sequestro, 304
6.5 Levantamento do sequestro, 304
6.6 Sequestro de móveis, 304
6.7 Sentença penal condenatória, 305
6.8 Hipoteca legal, 305
6.9 O arresto, 305
6.10 Sentença absolutória ou que julga extinta a punibilidade, 306
6.11 Sentença condenatória, 306
6.12 Indisponibilidade e perda de bens ou valores equivalentes, 306
6.13 Alienação antecipada de bens apreendidos, 307
6.14 O sequestro na Lei de Lavagem de Dinheiro, 307
7 Do incidente de falsidade, 309
8 Da insanidade mental do acusado, 311
8.1 Espécies de medidas de segurança, 311
8.2 O incidente de sanidade mental, 312
8.3 Semi-imputabilidade e inimputabilidade: consequências, 312
8.4 Prazo das medidas de segurança, 313
8.5 Superveniência de doença mental, 313
8.6 Consequência da falta de realização do exame de sanidade mental, 314
8.7 Consequência da falta de realização do exame de dependência toxicológica, 314

9 Da prova, 321
1 Conceitos, 321
1.1 Prova ou elemento de prova, 321
1.2 Meio de obtenção de prova ou de investigação e meio de prova, 322
1.3 Fonte de prova, 324

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

1.4 Objeto de prova, 324
1.4.1 Os fatos notórios, 325
1.4.2 Os fatos axiomáticos e intuitivos, 325
1.4.3 Os fatos inúteis, 325
1.4.4 As presunções, 325
1.4.5 O fato incontroverso, 326
2 Resultado da prova, 326
3 Finalidade da prova, 327
4 Procedimento probatório, 327
5 Prova típica, atípica, irritual e anômala, 328
6 Princípios, 331
6.1 Princípio da verdade processual, 331
6.2 Princípio da inadmissibilidade da prova ilícita e o postulado da proporcionalidade, 333
6.3 Princípio da motivação das decisões judiciais, 341
7 Direito à prova, 342
8 Sistemas probatórios, 342
9 O sistema pátrio, 343
10 Provas nominadas e provas inominadas, 343
11 Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, 343
12 Poder inquisitivo e poder instrutório do juiz. A inconstitucionalidade do art. 156, inc. I, do CPP, 346
13 Videoconferência, 350
13.1 Precedentes, 350
13.2 A Lei 11.900, de 8 de janeiro de 2009, 353
14 Limitações à prova, 356
15 Prova ilícita. Teoria de Nuvolone. Conceito legal, 357
16 Ilicitude do meio de investigação, da fonte, do meio e do elemento de prova, 358
17 Provas ilícitas por derivação, 359
18 As consequências da admissão da prova ilícita e as inovações introduzidas pela Lei 11.690, de 9 de junho de 2008, 361
19 Ônus da prova, 362
20 Prova emprestada, 363
21 A quebra do sigilo bancário pelo Ministério Público, 363
22 O bafômetro e o direito de não depor contra si, 367
23 Classificação das provas, 374
24 Das perícias, 374
24.1 Conceito, 374
24.2 Característica, 375

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

24.3 Natureza jurídica, 375
24.4 Importância, 375
24.5 Direito à prova pericial, 376
24.6 Exames periciais, 376
24.7 O exame de corpo de delito, 377
24.7.1 Corpo de delito: conceito, 377
24.7.2 Distinção: auto de exibição e apreensão, exame de corpo de delito e laudo, 379
24.7.3 Quando o exame de corpo de delito é indispensável?, 380
24.7.4 Falta do exame de corpo de delito: consequências, 382
24.7.5 Exame de corpo de delito indireto, 387
24.7.6 Conflito aparente entre o princípio do livre convencimento e a exigência legal do exame de corpo de delito (art. 155, *caput*, *versus* art. 158, do CPP), 389
24.8 O contraditório na prova pericial, 389
24.9 Peritos e assistentes técnicos, 391
24.10 Quesitos, 394
24.11 Laudo, 395
24.12 Laudo imperfeito, 397
24.13 Homologação do laudo, 398
24.14 Valor da prova pericial, 400
25 Do interrogatório, 400
25.1 Interrogatório e a Lei 10.792/03, 400
25.2 Características, 402
25.3 Interrogatório por precatória, 402
25.4 Interrogatório por videoconferência, 404
25.5 Ausência de citação e comparecimento espontâneo para o interrogatório, 404
25.6 Réu menor, 405
25.7 Súmula 523 do STF, 405
25.8 Réu surdo-mudo, 405
25.9 Falta de assinatura do termo, 406
25.10 Conteúdo, 406
26 Da confissão, 407
26.1 Conceito, 407
26.2 Valor, 407
26.3 Aceitação da proposta de transação penal e de suspensão condicional do processo, 408
26.4 Espécies de confissão, 408

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

26.5 Características, 408
26.6 Momento, 408
26.7 Caso em que o corréu é ao mesmo tempo vítima e em que na confissão ocorra também a delação, 408
27 Das declarações da vítima, 409
28 Das testemunhas, 410
28.1 Quem pode ser testemunha?, 410
28.2 Oportunidade para arrolar testemunhas, 412
28.3 Contradita e arguição de defeito, 413
28.4 Tomada antecipada de depoimento, 414
28.5 Oitiva de testemunha por videoconferência, 414
29 Do reconhecimento, 415
30 Da acareação, 415
31 Dos documentos, 416
32 Dos indícios, 417
32.1 Origem etimológica da palavra, 417
32.2 Conceitos, 417
32.3 Natureza jurídica, 418
32.4 Outros conceitos: inferência, indução e dedução, 419
32.5 Distinção: indício, presunção e suspeita, 420
32.6 Valor probatório do indício, 422
33 Da busca e apreensão, 423
33.1 Natureza jurídica, 423
33.2 Requisitos, 424
33.3 O *fumus boni juris*, 424
33.4 O *periculum in perdere*, 425
33.5 Finalidade, 425
33.6 Conceito, 425
33.7 Oportunidade, 426
33.8 Iniciativa, 426
33.9 Sujeito ativo, 426
33.10 Sujeito passivo, 426
33.11 Busca domiciliar, 426
33.12 Busca domiciliar e a inviolabilidade do domicílio, 426
33.13 Busca pessoal e o direito à intimidade, 427
33.14 Pode ser realizada a busca em escritório de advogado?, 428
33.15 E nas repartições públicas?, 430
33.16 Busca de pessoa ou coisa em território de jurisdição alheia, 430

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

10 Dos sujeitos processuais, 434

1 Do juiz, 434

2 Do Ministério Público, 439

3 Do defensor, 440

4 Dos assistentes, 442

11 Da prisão, das medidas cautelares, da liberdade provisória e do *habeas corpus*, 446

1 Precedentes da Lei 12.403/11, 446

2 A Resolução 113 do CNJ, de 20 de abril de 2010, e o problema da superlotação carcerária brasileira, 448

3 A PEC Peluso, 449

4 Cautelar: conceito, 450

5 Fundamento constitucional da tutela cautelar, 452

6 Características da tutela cautelar, 452

7 Espécies, 454

8 A atuação do princípio da proporcionalidade em sede cautelar, 458

9 Momento processual, iniciativa e competência, 460

10 Medida *inaudita altera parte* e o princípio do contraditório, 461

11 Prisão: conceito, 462

12 Direito à liberdade e prisão, 463

13 Direito e garantia, 463

14 Prisão legal: espécies, 463

15 Mandado de prisão, 466

16 Restrições legais quanto à prisão, 466

17 Cumprimento do mandado de prisão, 467

18 Direitos constitucionais do preso, 467

19 Quando se tem por realizada a prisão por mandado?, 468

20 Emprego de força, 469

21 Uso de algemas, 470

22 Cumprimento do mandado de prisão e inviolabilidade do domicílio, 471

23 Prisão por mandado e por precatória, 472

24 Prisão por qualquer meio de comunicação, 472

25 Prisão em perseguição, 473

26 Registro do mandado de prisão no CNJ, 473

27 Custódia, 474

28 Prisão especial, 474

29 Da prisão civil, 477

29.1 Conceito, 477

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

29.2 Natureza jurídica, 478
29.3 Restrição constitucional, 478
29.4 A prisão civil do devedor alimentante, 478
29.5 A prisão civil do depositário infiel, 479
29.6 A inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel, 479
29.7 Local de cumprimento, 480
29.8 Detração, 480
30 Da prisão disciplinar, 480
31 Da revogação do art. 319 do CPP, 481
31.1 Da extinção da prisão administrativa, 481
31.2 Finalidade, 481
31.3 Remisso ou omisso, 481
31.4 Revogação, 482
32 A prisão para extradição, 482
33 Da prisão processual, 483
33.1 Natureza jurídica, 483
33.2 Finalidade, 484
33.3 Requisitos, 485
33.4 Espécies, 485
33.5 Característica, 485
34 Da prisão temporária, 485
34.1 Fundamento legal, 485
34.2 Cabimento, 486
34.3 Quem pode decretá-la?, 487
34.4 Iniciativa, 487
34.5 Prazo para a prolação da decisão, 488
34.6 Prazo da prisão, 488
34.7 Plantão judiciário, 488
34.8 Dispensa de alvará de soltura, 488
35 Prisão em flagrante, 488
35.1 Conceito, 488
35.2 Espécies, 489
35.2.1 Flagrante próprio ou real, 489
35.2.2 Flagrante impróprio ou quase-flagrante, 489
35.2.3 Flagrante presumido ou ficto, 490
35.2.4 Flagrante preparado ou provocado, 490
35.2.5 Flagrante esperado, 490
35.2.6 Flagrante forjado, 491

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

35.2.7 Flagrante retardado, 491
35.3 Sujeito ativo, 491
35.4 Sujeito passivo, 491
35.5 Prisão em flagrante nas infrações penais de menor potencial ofensivo, 493
35.6 Prisão em flagrante nas infrações penais de que se livra solto, 493
35.7 Prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e nas hipóteses de ação privada, 494
35.8 Prisão em flagrante nos crimes de trânsito, 494
35.9 Prisão em flagrante nos crimes permanentes, 495
35.10 Prisão em flagrante nos crimes habituais, 495
35.11 Formalidades do auto de prisão em flagrante, 495
35.12 Comunicação da prisão em flagrante: providências do juiz, 501
35.13 Relaxamento da prisão em flagrante, 506
35.14 Liberdade provisória, 506
35.15 Fiança, 510
35.16 Distinção: relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão, 511
35.17 Ação autônoma de impugnação e recurso, 513
36 Da prisão preventiva, 514
36.1 Fundamento legal, 514
36.2 Requisitos, 515
36.3 Pressupostos, 515
36.4 Condições, 515
36.5 Momento processual, 517
36.6 Competência, 517
36.7 Iniciativa, 517
36.8 Cabimento, 518
36.9 Prisão domiciliar, 519
36.10 Prisão preventiva na decisão de pronúncia e sentença condenatória recorrível, 520
36.11 Fundamentação, 521
36.12 Recurso e ação autônoma de impugnação, 521
37 *Habeas corpus*, 521
37.1 Origem histórica do instituto, 521
37.2 A polêmica entre Ruy Barbosa e Pedro Lessa, 523
37.3 Fundamento legal, 524
37.4 Conceito, 525
37.5 Distinção entre direito e garantia, 525

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

37.6 Origem etimológica da expressão, 526
37.7 Natureza jurídica, 527
37.8 Semelhanças e diferenças entre recursos e ações autônomas de impugnação, 527
37.9 Terminologia, 528
37.10 Espécies de *habeas corpus*, 528
37.11 Espécies de pedido, 529
37.12 Requisitos do *habeas corpus*, 529
37.13 Condições da ação, 530
37.13.1 *Legitimatio ad causam* e legitimidade passiva, 530
37.13.2 Interesse de agir, 531
37.13.3 Possibilidade jurídica do pedido, 533
37.14 Pressupostos processuais, 534
37.14.1 Capacidade postulatória, 534
37.14.2 Competência, 534
37.14.3 Petição inicial, 537
37.14.4 Rito, 538
37.15 Quando o constrangimento é ilegal?, 539
37.15.1 Falta de justa causa, 540
37.15.2 Excesso de prazo da prisão, 541
37.15.3 Indeferimento do pedido de liberdade provisória com fiança, 544
37.16 Reiteração e coisa julgada, 546
37.17 Fuga, 547
37.18 Efeito extensivo, 547
37.19 Sanções, 547
37.20 *Habeas corpus* em pedido de extradição, 548
37.21 *Habeas corpus* na execução penal, 548
37.21.1 *Habeas corpus* para obtenção dos benefícios da LEP, 548
37.21.2 *Habeas corpus* para progressão de regime após o cumprimento de um sexto da pena nos crimes hediondos e equiparados, 549
37.21.3 *Habeas corpus* e comutação de penas, 552
38 O mandado de segurança criminal, 553

12 Da citação e intimação, 563
1 Conceitos, 563
2 Quem pode ser citado?, 563
3 Consequências da falta de citação, 564

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4 Consequências do não comparecimento do réu ao interrogatório, 564
5 Efeitos da citação válida, 564
6 Espécies de citação, 565
7 Citação por mandado, 566
8 Citação por precatória, 567
9 Citação por intermédio do chefe do respectivo serviço, 567
10 Citação do réu preso, 568
11 Citação por rogatória, 568
12 Citação ficta, 569
13 O art. 366 do CPP com a redação dada pela Lei 9.271, de 17 de abril de 1996, 571
13.1 Introdução, 571
13.2 Antecedentes, 571
13.3 Fundamentos, 571
13.4 Requisitos, 572
13.5 Efeitos, 572
13.6 Natureza jurídica da norma, 573
13.7 Aplicação da lei no tempo, 573
13.8 Prazo da suspensão, 574
13.9 Produção antecipada das provas consideradas urgentes, 576
13.10 Réu que se oculta para não ser citado, 577
13.11 Constituição de defensor na fase do inquérito policial, 577
13.12 Prisão preventiva, 578
13.13 Revelia, 578
13.14 A Lei 11.719/08 e a releitura necessária do art. 366 do CPP, 579
13.15 Lei 9.613/98, com a redação da Lei 12.683/12, 579
14 A citação nos juizados especiais criminais, 580
15 Intimação, 580
16 A Lei Estadual 11.608, de 29 de dezembro de 2003, a taxa judiciária e a intimação de testemunhas, 581
17 Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, 583
17.1 Intimação por meio eletrônico, 583
17.2 O processo eletrônico, 584
17.3 Petições, recursos e outros atos processuais, 584
18 Intimação do réu preso para a audiência de instrução e julgamento, 585
19 Intimação da sentença, 585
19.1 Intimação do Ministério Público, 585
19.2 Intimação da sentença ao réu e seu defensor, 586
19.3 Intimação da sentença ao querelante ou assistente, 587

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

20 Intimação da decisão de pronúncia, 587
21 A intimação nos juizados especiais criminais, 588
22 Prazos, 588

13 Sentença e coisa julgada, 592
1 Conceito de sentença, 592
2 Significado das expressões *sentença definitiva* e *sentença terminativa*, 592
3 Espécies de decisões, 593
4 Prazos, 593
5 Natureza jurídica, 593
6 Finalidade, 594
7 Recurso, 594
8 Espécies de sentença, 594
9 O Provimento 653/99 do Conselho Superior da Magistratura, 596
10 Sentenças subjetiva e objetivamente simples e complexas, 597
11 Requisitos da sentença e natureza jurídica da decisão liminar, 597
11.1 Requisitos da sentença, 597
11.2 Natureza jurídica da decisão que recebe e da que rejeita a denúncia ou queixa, 598
11.3 Dispensa de fundamentação da decisão que recebe a denúncia ou queixa, 598
11.4 Fundamentação da sentença absolutória, 598
11.5 Fundamentação da sentença condenatória, 599
11.6 Falta de fundamentação, 599
11.7 Exceções, 600
12 Embarguinhos, 600
13 Princípio da correlação, da congruência ou da equivalência, 601
13.1 Significado do princípio e consequência de sua inobservância. A regra da *imutatio libelli*, 601
13.2 Teoria da substanciação *versus* teoria da individuação e o princípio *juris novit curia*, 601
13.3 *Emendatio libelli* e *mutatio libelli*, 602
14 *Emendatio libelli* (art. 383), 602
15 *Mutatio libelli* (art. 384), 605
16 Sentença absolutória, 612
16.1 Fundamento legal, 612
16.2 Espécies, 613
16.3 Sentença absolutória própria, 613
16.4 Sentença absolutória imprópria, 613

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

16.5 Sentença absolutória sumária, 614
16.6 Sentença absolutória sumaríssima, 614
16.7 Inimputabilidade, 614
16.8 Extinção da punibilidade, 614
16.9 Circunstâncias que excluem o crime ou isentam o réu de pena, 615
16.10 A inovação trazida pela Lei 11.690, de 9 de junho de 2008, 615
16.11 Importância da fundamentação, 616
16.12 Efeitos da sentença absolutória recorrível, 616
16.13 Efeito da sentença absolutória irrecorrível, 617
17 Sentença condenatória, 617
17.1 Fundamento legal, 617
17.2 Conteúdo da sentença condenatória, 618
17.3 Penas e sua aplicação, 618
17.4 Aplicação da pena privativa de liberdade e do regime prisional inicial, 619
17.4.1 Critério trifásico, 619
17.4.2 Primeira fase: circunstâncias judiciais (fixação da pena-base), 620
17.4.3 Segunda fase: circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas, 621
17.4.4 Terceira fase: causas de aumento e de diminuição, 621
17.4.5 Distinção: antecedente, reincidência e primariedade técnica, 623
17.4.6 Fixação do regime inicial, 623
17.4.7 A detração da Lei 12.736, de 30 de novembro de 2012, 628
17.5 Aplicação das penas restritivas de direito, 629
17.5.1 Substituição: requisitos legais (CP, art. 44), 629
17.5.2 Crimes hediondos e equiparados e tráfico, 630
17.5.3 Distinção: pena substitutiva e pena alternativa, 630
17.5.4 Distinção: substituição e conversão, 630
17.6 Aplicação da multa, 630
17.7 Importância da fundamentação, 631
17.8 Efeito da sentença condenatória recorrível: prisão preventiva, 631
17.9 Efeitos da sentença condenatória irrecorrível, 632
17.10 Omissão da sentença quanto à pena, ao regime inicial, à pena substitutiva, ao *sursis* do processo ou da pena, 634
17.11 Momento da interrupção do prazo prescricional, 634
18 Publicação da sentença, 635
19 Intimação da sentença, 635

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

20 Coisa julgada, 635
20.1 Conceito, 635
20.2 Coisa julgada formal, coisa julgada material, coisa soberanamente julgada e coisa julgada sucessiva, 635
20.3 Flexibilização da coisa julgada no processo penal, 636
20.4 Coisa julgada e preclusão *pro judicato*, 636
20.5 Meios de impugnação de decisões antes e depois da coisa julgada, 636
20.6 Sentença condenatória e a cláusula *rebus sic stantibus*, 637
20.7 Limites subjetivos da coisa julgada, 637
20.8 Limites objetivos da coisa julgada, 638

14 Procedimentos, 647
1 Introdução, 647
2 Dos ritos comuns, 648
2.1 Rito ordinário, 648
2.2 Rito sumário, 653
2.3 Rito sumaríssimo, 653
3 Do processo dos crimes de competência do júri, 653
3.1 Da acusação e da instrução preliminar, 653
3.2 Da pronúncia (e despronúncia), da impronúncia, da desclassificação e da absolvição sumária, 654
3.3 Da instrução e julgamento, 657
3.4 Do julgamento em plenário, 658
3.5 Ordem legal dos quesitos, 661
3.5.1 A materialidade do fato e o nexo de causalidade, 661
3.5.2 Concurso de pessoas, 662
3.5.3 Obrigatoriedade do quesito genérico sobre a absolvição, 662
3.5.4 Inimputabilidade, 663
3.5.5 Desclassificação, 664
3.5.6 Circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas, 666
3.6 O sigilo do voto: interpretação do art. 483 do CPP, 667
3.7 Inadmissibilidade da leitura da pronúncia em plenário do júri, 669
3.8 Algumas observações finais, 669
4 Do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, 670
4.1 Dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, 670
4.2 Funcionário público: conceito, 670
4.3 Natureza jurídica da ação penal, 670
4.4 Âmbito de aplicação do rito especial, 670

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.5 Atos que compõem o rito especial, 671
4.6 Defesa preliminar, 671
5 Do processo e julgamento dos crimes contra a honra, 672
5.1 Dos crimes contra a honra, 672
5.2 Natureza da ação penal nos crimes contra a honra, 673
5.3 Atos que compõem o rito especial, 673
5.4 Peculiaridades do rito especial, 674
5.5 Pedido de explicações, 674
5.6 Audiência de conciliação, 675
5.7 Exceção da verdade, 676
6 Do processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial, 677
6.1 Dos crimes contra a propriedade imaterial, 677
6.2 Natureza jurídica da ação penal, 677
6.3 Peculiaridades do rito especial, 678
6.4 Do laudo de exame de corpo de delito, 679
6.5 Da busca e apreensão, 679
6.6 Prazo para o oferecimento da queixa, 679
6.7 Prova do direito à ação, 680
6.8 Lei 10.695, de 1º de julho de 2003, 680
7 Ritos especiais previstos em leis especiais, 680
7.1 Dos crimes de tóxico, 680
7.2 Das infrações penais de menor potencial ofensivo, 682

15 Das nulidades, 694
1 Princípios que regem a Teoria Geral das Nulidades, 694
1.1 Princípio das formas ou da tipicidade das formas, 694
1.2 Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas, 694
1.3 Princípio da causalidade ou consequencialidade, 697
1.4 Princípio do aproveitamento ou da convalidação dos atos processuais, 698
1.5 Princípio do interesse, 699
2 Vícios dos atos processuais penais, 699
2.1 Noções gerais, 699
2.2 Ato inexistente, 702
2.3 Nulidade absoluta, 702
2.4 Nulidade relativa, 703
2.5 Mera irregularidade, 703
3 Decretação da nulidade, terminologia e efeitos, 704
4 Ato nulo e nulidade do processo: distinção. Nulidade parcial, 704

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5 Tendência doutrinária, 705
6 Arts. 395 e 564 do CPP, 705
7 Súmula 160 do STF, 706
8 Nulidade por inobservância do princípio da identidade física do juiz (art. 399, § 2º), 707
9 Nulidade por inquirição direta das testemunhas pelo Juiz (art. 212), 708
10 Jurisprudência, 708

16 Teoria Geral dos Recursos, 719
1 Justiça *versus* certeza, 719
2 Os fundamentos jurídicos do duplo grau, 720
3 O fundamento político do duplo grau, 720
4 O duplo grau como princípio implícito da Constituição Federal, 721
5 Conceito de recurso, 721
6 Características dos recursos, 722
7 Hipóteses de cabimento de recurso de ofício, 722
8 Natureza jurídica dos recursos, 724
9 Classificações, 724
10 Princípios gerais dos recursos, 724
10.1 A taxatividade dos recursos, 724
10.2 A unirrecorribilidade das decisões, 725
10.3 Variabilidade dos recursos e preclusão consumativa, 725
10.4 Fungibilidade dos recursos, 726
10.5 Complementaridade, 727
10.6 Dialeticidade dos recursos, 727
10.7 A disponibilidade dos recursos, 727
10.8 Irrecorribilidade das decisões interlocutórias simples, 728
10.9 A personalidade dos recursos, 728
10.10 Personalidade dos recursos e proibição da *reformatio in pejus*, 729
10.11 Nulidade da sentença e proibição da denominada *reformatio in pejus* indireta, 729
11 Efeitos dos recursos, 730
12 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito, 731
13 Juízo de admissibilidade: competência, natureza e efeitos, 731
14 Juízo de mérito: competência e efeito, 731
15 Requisitos de admissibilidade dos recursos, 732
15.1 Condições dos recursos, 732
15.2 Pressupostos recursais, 732
15.3 Legitimidade para recorrer, 733

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

15.4 Interesse em recorrer, 734
15.5 Possibilidade jurídica do recurso (cabimento), 736
15.6 Regularidade da forma de interposição dos recursos, 736
15.7 Tempestividade, 737
15.8 Ausência de fatos impeditivos ou extintivos, 740

17 Dos recursos em espécie, 744
1 Apelação, 744
1.1 Origem da palavra, 744
1.2 Conceito, 744
1.3 Características, 744
1.4 Apelação sumária e ordinária, 745
1.5 Cabimento, 745
1.6 Fundamento legal, 745
1.7 Apelação vinculada, 746
1.7.1 Fundamento legal, 746
1.7.2 Submissão do réu a novo julgamento e o princípio constitucional da soberania do veredicto, 747
1.7.3 Fundamentação vinculada das apelações do Júri, 748
1.7.4 Segunda apelação pelo mérito, 748
1.7.5 Conceito de "mesmo motivo", 748
1.7.6 Conceito de julgamento manifestamente contrário à prova dos autos, 748
1.7.7 Apelação da defesa das decisões do Tribunal do Júri nos casos de homicídio qualificado, 749
1.8 Recurso contra decisão que recebe e rejeita a denúncia ou queixa, 749
1.9 Súmula 707 do STF, 749
1.10 Peculiaridades da apelação, 750
1.11 Efeitos, 751
2 Recurso em sentido estrito, 751
2.1 Cabimento, 751
2.2 Fundamento legal, 751
2.3 Recurso contra decisão que recebe e rejeita a denúncia ou queixa, 753
2.4 Recurso contra a decisão de pronúncia e de desclassificação, 754
2.5 Recurso contra a decisão que acolhe exceção, 754
2.6 Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias simples, 755
2.7 Decisão que decreta extinta a punibilidade, 755
2.8 Decisão que decreta a nulidade do processo, 756
2.9 Decisão que incluir ou excluir jurado na lista geral, 756

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.10 O rol do art. 581 é taxativo?, 757
2.11 Efeitos, 757
2.12 Processamento, 757
3 Agravos, 758
4 Carta testemunhável, 758
5 Embargos infringentes e de nulidade, 759
6 Embargos de declaração, 761
7 Correição parcial, 763
7.1 Cabimento e previsão legal, 763
7.2 Natureza jurídica, 763
7.3 Controvérsia sobre a constitucionalidade, 764
7.4 Exemplos, 764
7.5 Procedimento, 765
7.6 Efeitos, 765
8 Recursos constitucionais, 766

18 Revisão criminal, 769
1 Natureza jurídica, 769
2 Conceito, 769
3 Condições da ação, 770
3.1 Legitimidade, 770
3.1.1 Falecimento do réu, 770
3.1.2 Legitimidade concorrente e disjuntiva, 770
3.1.3 O convivente pode requerer a revisão?, 771
3.1.4 O Ministério Público pode requerer a revisão?, 771
3.1.5 Legitimidade passiva, 771
3.2 Interesse de agir, 771
3.2.1 Cabimento da revisão para alterar o fundamento de sentença absolutória, 772
3.2.2 Certidão do trânsito em julgado da sentença condenatória, 772
3.3 Possibilidade jurídica do pedido, 772
3.3.1 Revisão da sentença definitiva em sentido estrito que decreta extinta a punibilidade, 773
3.3.2 Reiteração do pedido, 773
3.3.3 Condenação pelo júri, 773
4 As hipóteses de cabimento, 773
4.1 Violação de texto expresso da lei penal ou contrariedade à evidência dos autos, 774

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.2 Sentença fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos, 774
4.3 Descoberta de novas provas a favor do réu, 775
5 Pressupostos processuais, 775
5.1 Capacidade postulatória, 775
5.2 Desnecessidade de recolhimento à prisão, 776
5.3 Inexistência de prazo decadencial, 776
5.4 Competência, 776
6 Procedimento, 776
6.1 Processamento, 777
6.2 Ônus da prova, 777
6.3 Efeitos do ajuizamento da revisão, 778
7 A sentença do processo revisional, 778
8 Indenização por erro judiciário, 778
9 O agravamento da pena e a *reformatio in pejus* indireta, 779
10 Recursos, 779
11 Coisa julgada, 780
12 Outras ações autônomas de impugnação, 780
13 Reclamação constitucional, 781

19 Execução Penal, 785
1 Introdução, 785
1.1 Conceito, 785
1.2 Objeto, 785
1.3 Finalidade da pena e a Teoria da Nova Defesa Social, 786
1.4 Natureza jurídica, 786
1.5 Aplicação da lei de execução penal no tempo, 787
1.6 A Lei 7.210/84 e seu âmbito de aplicação, 789
1.7 Cooperação da comunidade, 790
1.8 Princípios, 791
2 Do condenado e do internado, 793
2.1 Da classificação, 793
2.2 Da assistência, 795
3 Do trabalho, 796
3.1 Disposições gerais, 796
3.2 Trabalho interno e externo, 797
4 Dos deveres, dos direitos e da disciplina, 798
4.1 Dos deveres, 798
4.2 Dos direitos, 798

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.3 Da disciplina, 799
4.3.1 Das faltas disciplinares graves, 799
4.3.2 Do regime disciplinar diferenciado (RDD), 801
4.3.3 Das sanções disciplinares e recompensas, 802
4.3.4 Da aplicação das sanções, 802
4.4 Do processo disciplinar, 803
4.5 Súmula vinculante 9, 804
5 Dos órgãos da execução penal, 804
5.1 Disposições gerais, 804
5.2 Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 804
5.3 Do juízo da execução, 805
5.4 Do Ministério Público, 807
5.5 Do Conselho Penitenciário, 808
5.6 Dos departamentos penitenciários, 809
5.7 Do Patronato, 810
5.8 Do Conselho da Comunidade, 810
6 Dos estabelecimentos prisionais, 811
6.1 Disposições gerais, 811
6.2 Espécies de estabelecimentos penais, 811
6.3 Da remoção ou transferência, 813
7 Penas segundo a Constituição Federal, 814
7.1 Penas que a Constituição Federal permitiu, 814
7.2 Penas que a Constituição Federal proibiu, 814
7.3 Penas que o Código Penal regulamentou, 815
8 Da execução das penas em espécie, 815
8.1 Introdução, 815
8.2 Competência para a execução, 816
8.3 Guia de recolhimento e guia de execução, 816
8.4 Processo de execução provisório, 817
9 Da execução das penas privativas de liberdade, 818
9.1 Espécies de penas privativas de liberdade, 818
9.1.1 Da suspensão condicional da pena, 818
9.1.2 O cálculo de liquidação da pena, 820
9.1.3 Efeitos da soma das penas, 822
9.1.4 Benefícios e incidentes, 823
9.2 Espécies de regimes prisionais, 823
9.2.1 Do regime inicial, 826
9.2.2 Da progressão, 828

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

9.2.3 Da regressão, 830
9.2.4 Unificação de penas, 831
9.2.5 Unificação especial, 831
9.2.6 Detração, 832
9.3 Das autorizações de saída, 832
9.4 Remição, 834
9.5 Do livramento condicional, 840
9.6 Monitoração eletrônica de presos, 842
10 Das penas restritivas de direito, 843
10.1 Disposições gerais, 843
10.2 Da prestação de serviços à comunidade, 843
10.3 Da limitação de fim de semana, 844
10.4 Da interdição temporária de direitos, 844
10.5 Da prestação pecuniária, 845
10.6 Da perda de bens e valores, 845
10.7 Da aplicação das penas restritivas de direitos, 845
10.8 Crimes hediondos e equiparados. Tráfico, 846
10.9 Distinção: pena substitutiva e pena alternativa, 846
10.10 Distinção: substituição e conversão, 846
11 Da pena de multa, 847
11.1 Introdução, 847
11.2 Multas cumulativas, 849
11.3 Correção monetária, 850
11.4 Execução da multa, 850
11.5 Penhora de bens imóveis e penhora de outros bens, 851
11.6 Superveniência de doença mental, 851
11.7 Insolvência e desconto, 851
11.8 Parcelamento em prestações, 852
11.9 A multa reparatória, 852
12 Da execução das medidas de segurança, 853
12.1 Disposições gerais, 853
12.2 Da cessação da periculosidade, 854
12.3 Da prescrição, 854
12.4 Aplicação das medidas de segurança, 854
12.5 Prazo, 855
12.6 Superveniência de doença mental do condenado, 855
12.7 Conversão de tratamento ambulatorial em internação, 856
12.8 Execução das medidas de segurança, 856

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

12.9 Guia de internação, 857
12.10 Exame de periculosidade, 857
12.11 Relatório e laudo, 858
12.12 Procedimento, 858
12.13 Antecipação do exame, 858
12.14 Condições, 858
12.15 Desinternação e liberação, 859
13 Da instauração do incidente para apuração de excesso ou desvio, 859
13.1 Objeto, 859
13.2 Competência, 859
13.3 Finalidade, 859
13.4 Legitimação, 860
13.5 Processo e procedimento judicial, 860
13.6 Processamento, 860
14 Recursos e ações autônomas de impugnação, 861
14.1 Agravo em execução, 861
14.2 *Habeas corpus*, 861
14.3 Recurso extraordinário e especial, 862

20 Dos Juizados Especiais Criminais, 873
1 A Lei 9.099/95, 873
1.1 Antecedentes, 873
1.2 O fundamento constitucional, 874
1.3 Competência legislativa, 874
1.4 Breve histórico da lei, 875
1.5 As quatro medidas despenalizadoras, 876
1.6 Mudança de rumo na política de segurança pública, 877
1.7 Críticas à lei, 878
1.8 Estrutura da lei, 880
2 Disposições gerais, 880
2.1 A expressão *Justiça Ordinária* no art. 1º da Lei 9.099/95, 880
2.2 Critérios que regem o processo perante o Juizado Especial Criminal, 881
2.3 Objetivos da Lei 9.099/95, 881
3 Dos Juizados Especiais Criminais, 881
3.1 Composição, 881
3.2 Competência, 882
3.2.1 Competência funcional, 882
3.2.2 Competência material, 883

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3.2.3 Competência territorial, 884

4 Dos atos processuais, 885

4.1 Registro dos atos processuais e a gravação dos atos da audiência, 885

4.2 Atos de comunicação, 885

4.3 Da necessidade de comparecimento à audiência preliminar acompanhado de advogado, 885

4.4 Terminologia, 885

4.5 Consequência da ausência injustificada das partes à audiência, 886

4.6 Intimação do responsável civil, 886

5 Dispensa do inquérito policial, 887

5.1 O termo circunstanciado de ocorrência, 887

5.2 Conteúdo do termo circunstanciado, 888

5.3 Cabe prisão em flagrante em infração penal de menor potencial ofensivo?, 889

6 Da fase preliminar, 889

6.1 Da audiência preliminar (art. 72), 889

6.2 Composição civil (art. 74), 890

6.3 Recurso contra a sentença que homologa a composição civil, 890

6.4 Momento para colheita da representação (art. 75), 890

6.5 Transação penal (art. 76), 891

6.6 Requisitos da transação penal, 892

6.7 Aceitação da proposta. Conflitos de vontades, 893

6.8 Consequências do descumprimento da transação penal, 893

6.9 Natureza jurídica da sentença que homologa a transação penal, 895

6.10 Recurso contra a sentença que homologa a transação penal, 895

6.11 Concurso de crimes, 896

6.12 *Plea bargaining* e *guilty plea*, 896

6.13 A proposta de transação penal: dever ou faculdade do Ministério Público?, 897

6.14 Transação penal nos crimes de ação penal privada, 897

7 Do procedimento sumaríssimo, 899

7.1 O rito sumaríssimo (arts. 77 a 83) com as alterações introduzidas pela Lei 11.719/08, 899

7.2 Recursos (arts. 82 e 83), 900

7.3 Turmas recursais, 901

7.4 Mandado de segurança e *habeas corpus*. Competência, 901

7.5 Competência para o julgamento de *habeas corpus* impetrado contra Turma Recursal, 902

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7.6 Recurso em sentido estrito. Recurso especial e recurso extraordinário. Cabimento. Controvérsias, 902

8 Das disposições finais, 903

8.1 Conteúdo da seção, 903

8.2 Natureza jurídica da ação penal nos crimes de lesão corporal leve e culposa, 904

8.3 Desclassificação da infração e a exigência de representação, 905

8.4 O art. 89, 906

9 Da suspensão condicional do processo, 907

9.1 Requisitos e oportunidade, 907

9.2 Diferenças entre a suspensão condicional do processo e a suspensão condicional da pena, 909

9.3 Diferença entre a suspensão condicional do processo e o *probation* e o *guilty plea*, 910

9.4 Diferença entre a suspensão condicional do processo e o *plea bargaining*, 910

9.5 Diferença entre a suspensão condicional do processo e a transação, 910

9.6 Princípios que regem a transação penal e a suspensão condicional do processo, 911

9.7 Audiência de aceitação, 911

9.8 Condições, 911

9.9 Revogação obrigatória, 912

9.10 Revogação facultativa, 913

9.11 Consequência do descumprimento imotivado das condições fixadas, 913

9.12 Extinção da punibilidade, 913

9.13 Prescrição, 914

9.14 Suspensões condicionais do processo simultâneas, 914

9.15 Nova suspensão do processo, 914

9.16 Constitucionalidade da suspensão condicional do processo, 915

9.17 Natureza jurídica da decisão que decreta a suspensão do processo e o recurso cabível, 915

9.18 Fiscalização das condições, 915

10 Legislação especial, 916

10.1 Lei ambiental, 916

10.2 Violência doméstica, 917

10.3 Crimes de trânsito, 921

10.4 Estatuto do Idoso, 923

Bibliografia, 931

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br